

TODOS NÓS SOMOS BRASILEIROS

Delma Moreira Silva

Cristilaine Benedita Da Costa

Fabricio Da Fonseca Simões

Rosbeg Kennidysilva De Avila

Resumo:

Presente trabalho propôs para os estudantes da Escola Maria Leite Marcoski, a visita a uma aldeia indígena no Estado de Mato Grosso Umutina da localidade de Barra dos Bugres/MT, o Povo Umutina (Nome dado por outros povos indígenas, que significa índio branco - visto o Umutina possuir hábitos diferentes de outros povos do Mato Grosso, que habitavam no cerrado) tem sua aldeia a 12 km da cidade de Barra do Bugres. O território Indígena fica entre o Rio Bugres e Paraguai, onde também se fixaram outros povos indígenas. Essa visita foi um exercício de cidadania, promovendo a valorização da memória histórica, o diálogo, a integração entre os Professores, Estudantes e os Índios mostrando o companheirismo e a solidariedade. E assim, juntamente com os profissionais da área de educação e estudantes dividimos essa experiência com outras pessoas e ajudamos a quebrar o preconceito que ainda existia na nossa comunidade escolar. Essa troca de experiência foi emocionante e fundamental. Mostrando para os estudantes que os índios não estão isolados do mundo aqui fora e sim interligados.

Palavras-Chave: Prática Pedagógica. Educação. Diversidade.

Summary:

This work proposed for students of the School Milk Marcoski Maria, a visit to an Indian village in the state of Mato Grosso Umutina the town of Barra of the Indians / MT, the People Umutina (Name given by other indigenous peoples, which means white Indian - seen the Umutina have different habits of other people of Mato Grosso, which dwelt in the bush) is a village 12 km from the city of Barra do Bugres. The territory lies between the Indian River Bugres and Paraguay, where also settled other indigenous peoples. This visit was an exercise in citizenship, promoting the recovery of historical memory, the dialogue, the integration between Teachers, Students and the Indians showing comradeship and solidarity. And so, along with education professionals and students shared this experience with others and help break the prejudice that still existed in our school community. This exchange of experience was exciting and vital. Showing students that Indians are not isolated from the world out here but interconnected.

Keywords: Pedagogical Practice. Education. Diversity.

Apresentação

A formação étnica do processo de colonização teve início a partir da estadia de Rondon na região em 1.912, quando surgiu o processo de (Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Devido a uma epidemia de sarampo, tuberculose, e pneumonia restaram poucos índios Umutinas. O SPI decidiu fazer a colonização com outras tribos para assegurar a área da reserva demarcada.

Rondon fez história em Barra do Bugres, por sua determinação foram proibidas as hostilidades aos povos indígenas, atitudes que se estendeu por dezenas de anos. Através do SPI, foi fundado o 1º posto indígena na região Humaitá.

Os Umutina foram inicialmente denominados pelos não-índios de ‘Barbados’, devido ao uso, por parte dos homens, de barbas confeccionadas a partir do cabelo de suas mulheres ou do pelo do macaco bugio. O grupo se autodenominava *Balotiponé*, cujo significado é ‘gente nova’. Somente após o contato e convivência com os índios Paresí e Nambikwara, em 1930, passaram a ser conhecidos por ‘Umotina’, ‘Omotina’, ou ‘Umutina’ (grafia utilizada desde a década de 40), que significa ‘índio branco’.

Temos o dever e respeito pelo povo indígena, eles representam uma historia de luta, união pelos seus ideias e nos dão muitos exemplos de sabedoria, coragem e dinamismo

Objetivo Geral

- Desenvolver atitudes de compreensão para a diversidade indígena e respeitá-la.

Objetivo Específico

- Envolver os estudantes aos conhecimentos práticos do manejo dos recursos naturais;
- Desenvolver a concepção da desigualdade social e promover um olhar para o processo ecológico da aldeia;
- Identificar e conhecer a história do povo Umutina, sua população e sua localização no espaço geográfico;

Metodologia

1ª Etapa:

Para aprender, os estudantes, precisam vivenciar e incorporar valores, levando eles na sala de vídeo e apresentando o projeto como vai ser e como será. Para os mesmo terem noção de onde estarão fazendo a aula de campo.

O trabalho relativo à formação de valores dos alunos da Escola Estadual Maria Leite Marcowski, deverá ser realizado nas salas de aula pelos educadores de Geografia, Filosofia, Sociologia, História, Química, Biologia e Ed. Física e outras matérias afins, através de atividades dinâmicas e criativas.

2ª Etapa:

Na véspera da aula de campo, faremos uma breve reunião na Coordenação Pedagógica e com os professores envolvidos no projeto, para a montagem do cronograma das atividades a serem realizadas pelos estudantes da escola.

Aulas especiais de Biologia, Ed. Física, Filosofia, Geografia, História, Química e Sociologia para abertura do projeto (no horário normal de cada turma). Explicando o projeto e ratificando a importância de promover o bem e de desenvolver o mesmo com os estudantes da escola.

No dia 15 de maio de 2013, preparação dos estudantes e professores que vão para a Aldeia UMUTIA e ajustar os grupos de estudantes que vão participar da aula de campo.

3ª Etapa:

Apresentação dos grupos na unidade escolar, estas atividades se constituem em estratégias eficazes para despertar, nos jovens, a conscientização e passar o conhecimento adquirido na aula de campo com os indígenas. Por este motivo foi montadas turmas para o trabalho interdisciplinar, no 2º Bimestre.

Desenvolvimento - O Entendimento da Aldeia

Em termos conceituais ele vem sendo construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo dos recursos naturais. Além disso, vem se desenvolvendo a partir da concepção de que, em um país com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental, mas a de espécies, ecossistemas e processos ecológicos, como também a sustentabilidade social, visando a uma gestão democrática do território nacional, portanto, sintonizado com as diversas culturas do país.

As sociedades indígenas

O reconhecimento normativo alcançado pelos povos indígenas produz conhecimento e inovações nas artes, literaturas e ciências. Ele vai da criação de desenhos, danças, lendas, músicas e calendários, até técnicas de manejo dos recursos naturais, caças, pesca, domesticação de animais e melhoramento vegetal, além da descoberta e utilização das propriedades medicinais e alimentícias das espécies existentes nas regiões onde vivem.

Nessa concepção, a proteção não se restringe as manifestações desses povos, mas busca assegurar-lhes condições de sobrevivência física e cultural, dando garantias aos seus territórios e recursos naturais neles contidos.

Entretanto a Ciência Jurídica ainda busca dar uma forma legal à grande parte das populações tradicionais, incluindo as indígenas, em construção pelo Direito Brasileiro.

Direitos da sociedade indígenas

Desse modo, o tratamento legal dos povos tradicionais indígenas, além de consolidado na jurisprudência, difere daquele voltado para os demais grupos tradicionais, pois as sociedades indígenas são titulares do direito de propriedade definitiva sobre os territórios que ocupam. Tais direitos, assegurados, independem de atos oficiais de demarcação ou de expedição de títulos. Portanto, são legalmente obrigatório os consentimentos prévios e informados, assim como a repartição de benefícios, sempre que se tratar de recurso genético situado em seus territórios tradicionais, conforme assinalado no Art. 231, parágrafo 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Com efeito, resalta uma dívida histórica com esse grupo populacional, sobre a sua importância na formação da cultura brasileira. A Constituição de 1988 reconheceu e assegurou aos índios o direito à diferentes e tratados como tais. Esse reconhecimento, se concretizou em trabalhos internacionais como as disposições contidas na Agenda 21 (ONU, Rio/1992), e com o advento da Convenção 169 da OIT.

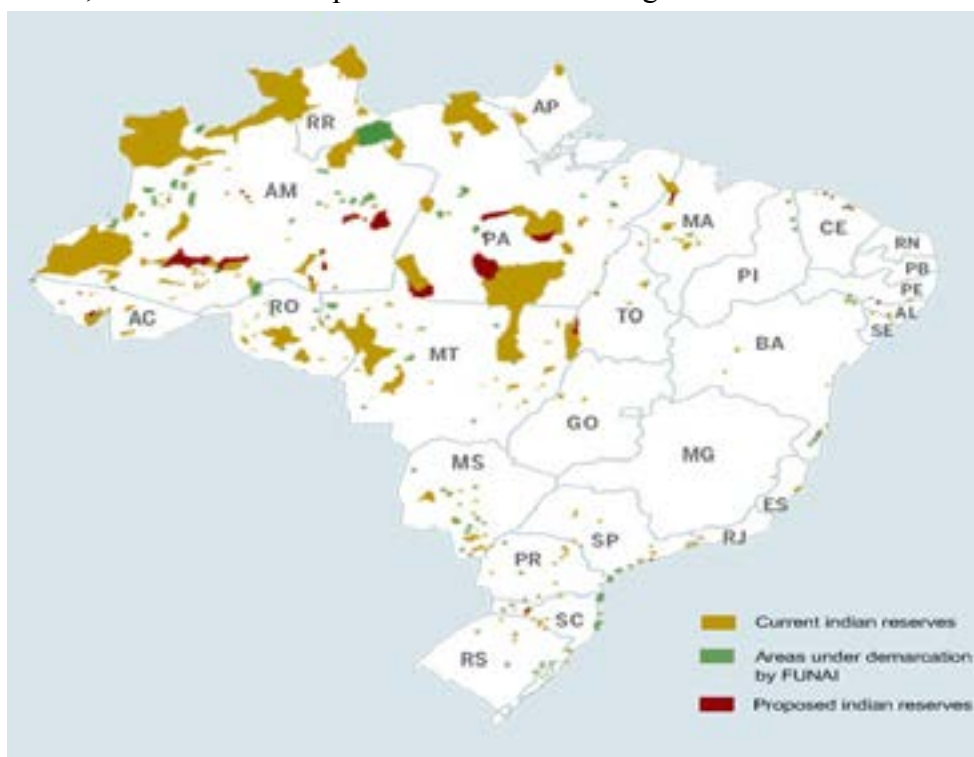
Entretanto, verifica-se que, apesar de a Constituição Federal assegurar a posse permanente das terras aos povos tradicionais indígenas naquelas que ainda não foram demarcadas, e mesmo nas que já foram, são observadas invasões regulares feitas por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, dentre outros interessados nos recursos naturais aí localizados, criando conflitos de ordem territorial.

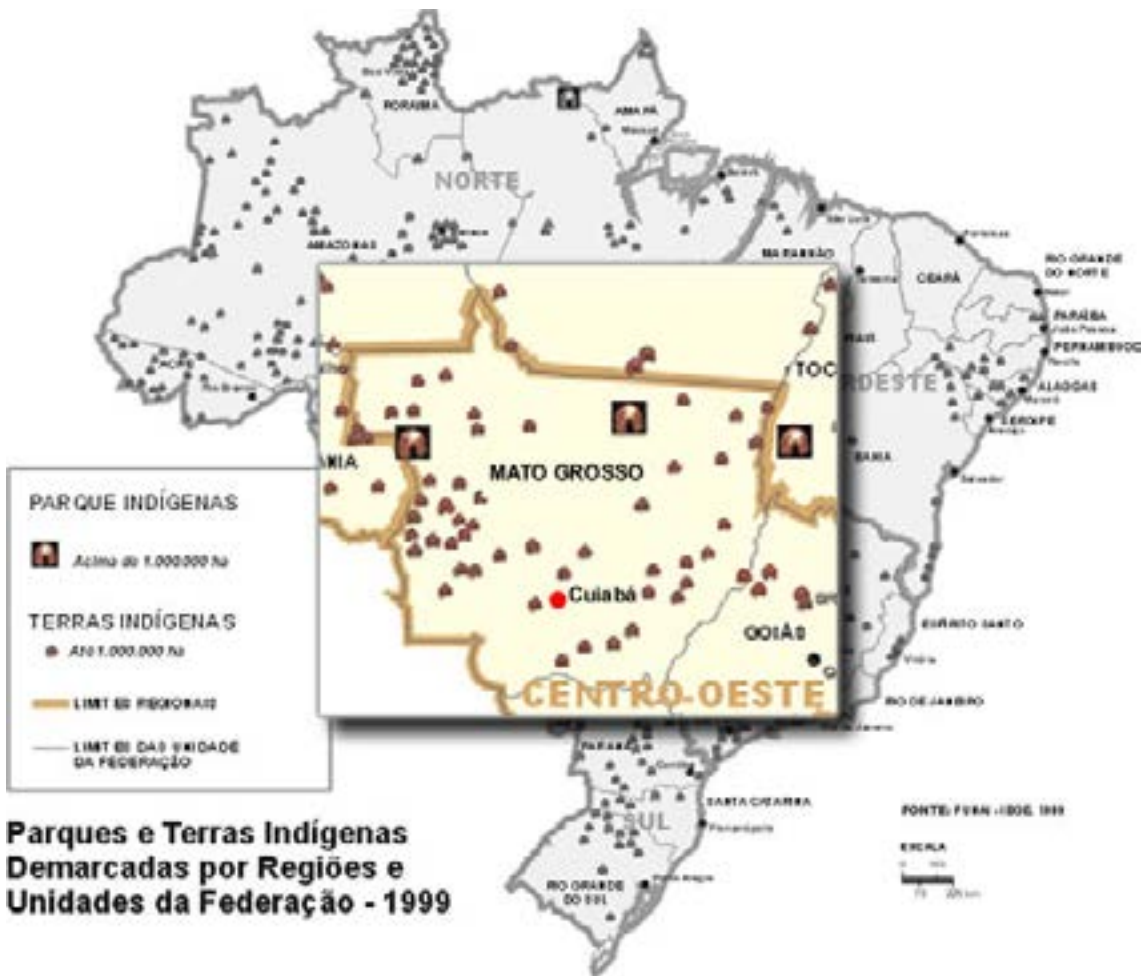
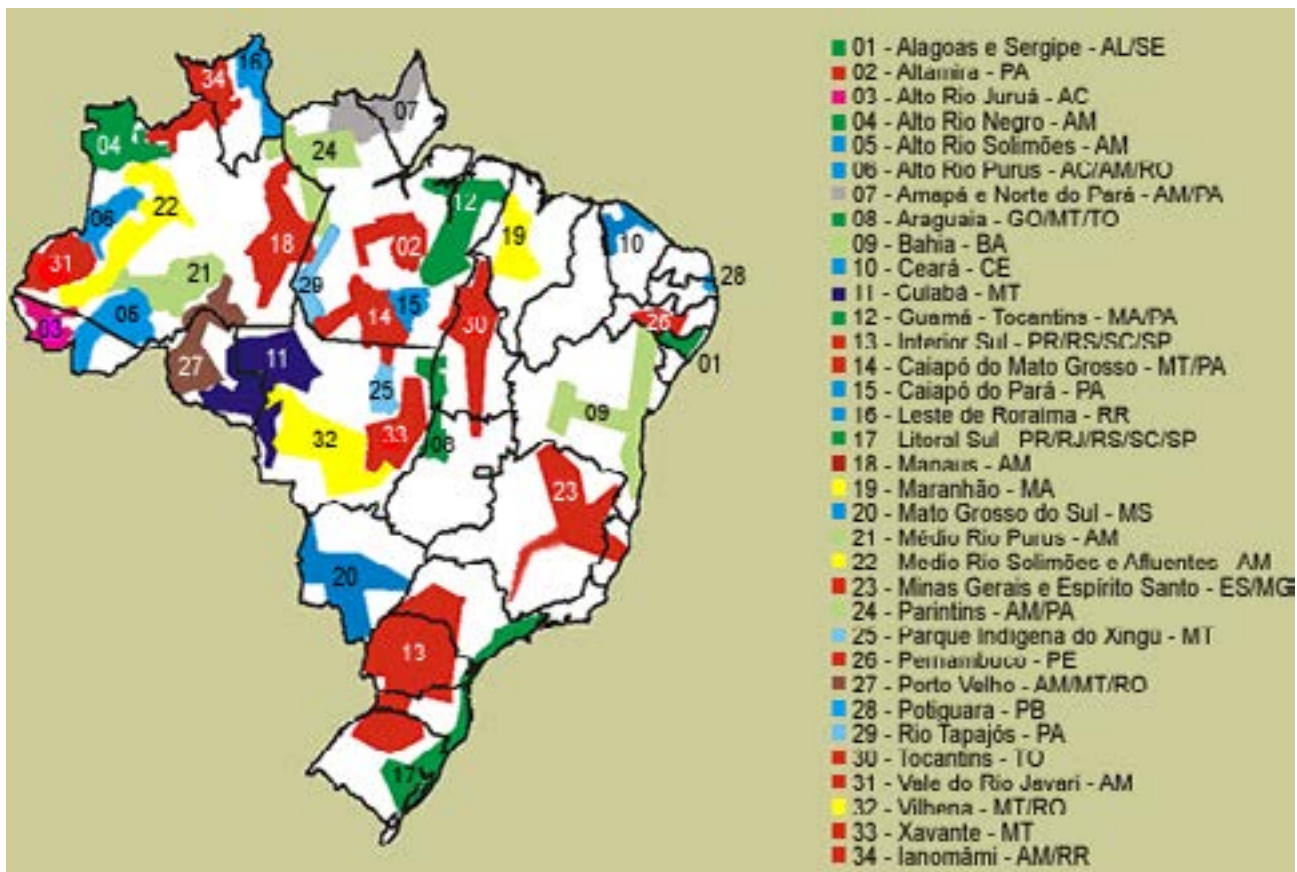
Dessa forma, extrapolado até mesmo a regulação do território nacional, o socioambientalismo traz para a atualidade questões legais relativas às Unidades de Conservação e Terras Indígenas Transfronteiriças, que exigem um esforço conjunto de coordenação de políticas e de cooperação técnico - científico a de conservação e manejo da biodiversidade.

Demarcação

A respeito da demarcação de reservas indígenas no país, podemos dizer, conforme o documento do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que na forma da Constituição Federal, os índios brasileiros têm direito à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam.

A Demarcação em terras indígenas somente ocorre quando uma comunidade indígena ocupa determinada área nos moldes previstos na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, cabendo ao Estado, através da Fundação Nacional do índio – FUNAI, tarefa de delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites. Nesse contexto, a regularização das terras indígenas no Brasil tem avançado, nas últimas décadas, através de homologações decretadas pelo presidente da República e publicadas no Diário Oficial da União. A demarcação das terras indígenas deve ser feita em conciliação com os direitos dos não – índios que tenham posse legítima das terras vizinhas às áreas demarcadas. A criação de reserva indígena de grande extensão, na qual ficará restringida a ação das autoridades brasileiras, sobretudo em áreas de fronteira, pode facilitar a atuação de organizações criminosas internacionais e atividades econômicas clandestinas, sem contar o risco de surgimento, no futuro, de movimentos separatistas danosos à integridade territorial do nosso país.





A história do povo Umutina

No início do século XX os Umutina foram vítimas da violência do homem branco. Foram descritos e tidos pelos não índios como indígenas agressivos e violentos que impediam, pela força, a invasão de seu território tribal. Apesar dos efeitos desagregadores advindos do contato, como a perda da língua nativa, de sua terra tradicional e das doenças que causaram um grave decréscimo populacional, esse povo possui um forte sentido de identidade étnica, reconhecendo-se como tradicionais moradores do alto-Paraguai, envolvidos atualmente na recuperação de suas manifestações sócio-culturais tradicionais

População Umutina

Sua População Em 1862, os Umutina representavam um contingente de cerca de 400 indivíduos. Depois da pacificação ocorrida em 1911, passaram a contar com 300 pessoas, mas oito anos depois, um surto de sarampo reduziu a população para 200 índios, vivendo em difíceis condições. Em 1923, um relatório do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) registrou um número superior a 120, e já em 1943 não passavam de 73 indivíduos, cinquenta deles vivendo no posto ‘Fraternidade Indígena’, que até hoje é sede e principal núcleo habitacional. Nesta mesma época viviam 23 índios na última aldeia existente no alto do rio Paraguai, norte de Mato Grosso, que ficaram conhecidos como “os independentes”, por recusarem qualquer tipo de contato com os não-índios.

Em apenas dois anos, contudo, uma violenta epidemia de coqueluche e bronco-pneumonia reduziu seu número para 15 indivíduos, e pouco mais tarde, os poucos sobreviventes se encaminharam também ao posto, onde aconteceu uma série de casamentos intertribais. Segundo a Associação Indígena Umutina Otoparé, sua população em 2009 era estimada em 445 pessoas.

Sua localização

Os Umutina viviam antigamente na margem direita do rio Paraguai, aproximadamente entre os rios Sepotuba e Bugres. Sua área de domínio, entretanto, estendia-se desde aquelas paragens até o rio Cuiabá. Com a chegada dos não-índios os Umutina deixaram a região do Sepotuba e migraram mais para o norte, passando a viver às margens do rio Bugres, por eles denominado Helatinó-pó-pare, afluente do alto Paraguai. Estão distribuídos em duas aldeias, uma de nome ‘Umutina’, onde vivia a maioria de sua população (420 indivíduos), e a outra, mais recente, é chamada de ‘Balotiponé’, onde moram as outras 25 pessoas, divididas em cinco famílias [dados de 2009]. As aldeias estão localizadas na Terra Indígena Umutina, em uma área de 28.120 hectares homologada em 1989, nos municípios de Barra do Bugres e Alto Paraguai, entre os rios Paraguai e Bugres, em Mato Grosso. A TI está situada em uma faixa de transição da Amazônia e do Cerrado, sendo que este último compreende a maior parte do território.

Cronograma de execução

	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Revisão Bibliográfica	X	X			
Elaboração do Anteprojeto		X	X		
Organização do Roteiro		X	X	X	
Observação no Local da Pesquisa (dia 15 de maio de 2013)				X	
Apresentações dos Grupos				X	X

Orçamento

- Um ônibus de 44 lugares R\$ 1200,00 (mil e duzentos reais), com saída de Várzea Grande para a cidade de Barra dos Bugre/MT, total de quilometragem 162 km ida e volta.
- Almoço R\$ 15 (quinze reais) por pessoa;
- 40 L. de Água Mineral, ou, 2 Garrafas de 20 Litros para a viagem;
- Lanche da Manhã;

Recursos

- Humano:
 - ❖ Pesquisas;
 - ❖ Entrevista;
 - ❖ visita;
- Materiais:
 - ❖ Cartazes;
 - ❖ Data Show;
 - ❖ Laboratório de Informática;
 - ❖ Sala de Vídeo;
 - ❖ Caixa de Som e Microfone;
 - ❖ Câmera Fotográfica;

Turmas envolvidas e sus respectivas atividades

Estudantes do Ensino Médio (Matutino e Noturno) da Escola Estadual “Maria Leite Marcoski”

Culminância

O presente trabalho está em desenvolvimento pedagógico, entretanto é necessário divulgar o

que vai ser feito a nossa comunidade escolar e ficará estipulado no dia 27 de maio de 2013 ao dia 31 de maio de 2013, para que os estudantes da escola divulguem o que aprenderão e o que eles tem a nos passar de conhecimento adquirido na aula de campo com os Índios Umutina.

Avaliação

A avaliação deverá ser feita de forma contínua pelos educadores envolvidos no projeto. Serão observadas as discussões dos grupos, as atitudes diante do projeto e o comportamento e respeito com os colegas, profissionais envolvidos e os índios. Os professores envolvidos deverão avaliar também a participação e o envolvimento de cada estudante de forma individual, bem como avaliar o desenvolvimento de seu trabalho em campo e em sala de aula de forma critica e construtiva perante a nossa comunidade escolar.

O trabalho, no caso relatório, deve ser desenvolvido de acordo com as normas da ABNT, digitado, em dupla da mesma turma.

O relatório deve obter de cinco fotos da aula de campo no anexo.

Valor: 2,0 para as matérias de: Historia;

3,0 para as matérias de: Geografia, Sociologia, Filosofia, Química e Ed. Física;

Conclusão

O projeto Todos Nós Somos Brasileiros, foi um projeto que saiu da Sala do Educador da Escola Estadual “Maria Leite Marcoski”, onde nós educadores percebemos que os estudantes necessitam desenvolver atitudes de compreensão para a diversidade indígena, respeitando a nossa sociedade e os conceitos antes de tomar decisões precipitadas em relação a julgamento sobre os seres humanos. Nesse caso os indígenas.

Vimos através de observação in loco (no local) e de depoimentos coletados por nós educadores, que os índios Umutinas defendem sua cultura, suas tradições e suas crenças “a ferro e fogo”. Eles lutam para preservar sua história, para que futuramete não sejam esquecidos e perdidos com o passar dos tempos, pela sua comunidade e pela sociedade em geral.

Em relação à educação, vimos o empenho dos indígenas para dar qualidade para seu povo, com uma escola diferenciada de boa estrutura e de qualidade, com profissionais empenhados e com visão no futuro. As coisas só tendem a melhorar se houver mais incentivo dos órgãos publicos e projetos por parte da sociedade para ampliar a gama de oportunidades dos índios.

Referencias bibliograficas

ALMEIDA, A. W. O Conceito de Terras tradicionais ocupadas (palestra – seminário sobre questões indígenas). 16 out. 2008.

ARBOS, K. L. Sistema iteramericano de direitos humanos como alternativa na proteção dos direitos dos indígenas. In: LIBERATO, A. P. Direito socioambiental em debate. Curitiba: Juruá, p. 137-163,

2006.

BENSUSAN, Nurit. Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e Coordenação de Geografia, 2004.

PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA. [HTTP://pdt12.locaweb.com.br/primeiraoagina.asp?id=620](http://pdt12.locaweb.com.br/primeiraoagina.asp?id=620). Acessado em: 07 ago. 2008.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a forma e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS FILHO, R. L. dos, Índios, Convenção nº. 169 da OIT e Meio Ambiente. Jus Navigandi. Terezinha, V. 10, n. 1074, 10 jun. 2006.